

# AS NOVAS HUMANIDADES

Pelos editores da *The Point*

**E**m Agosto do ano passado, o psicólogo Steven Pinker ocupou as páginas da *New Republic* a defender a importância da ciência para a «investigação humanística». A ciência, escrevia ele, «é do mesmo molde da filosofia, da razão, e do humanismo do Iluminismo» e, assim sendo, deveria ser reconhecida enquanto contributo para investigações relacionadas com «as mais profundas questões sobre quem somos, de onde vimos, e como definimos o sentido e o propósito das nossas vidas». Um mês depois, o editor da secção de literatura da *New Republic*, Leon Wieseltier, ripostou. As Humanidades são «o estudo das muitas vertentes da interioridade humana» e, por isso, argumentava, categoricamente inapropriadas para o tipo de investigação empírica defendida por Pinker. Mas de qualquer maneira Pinker, como os restantes «cientificadores», não ficaria satisfeito com a «consiliência» entre a ciência e as Humanidades; aquilo que ele realmente pretende, de acordo com Wieseltier, é que «as Humanidades se submetam às ciências e que sejam aglutinadas por estas.»

A discussão tanto podia estar a ter lugar nos anos sessenta como nos confins do espaço. Pinker, o autor de um mono recente sobre as virtudes de um mundo criado pelo progresso científico, comporta-se como se ainda estivesse a viver na Idade Média, alegando uma «campanha de demonização» da ciência liderada por

poderosos humanistas como o historiador Jackson Lears e o eticista Leon Kass (os únicos que Pinker tem do seu lado são as administrações de quase todas as universidades de investigação do país, já para não falar no presidente dos Estados Unidos). Por outro lado, Wieseltier brande com Tolstoi e Proust como se estas luminárias oitocentistas tivessem algum tipo de relação com aquilo que se passa hoje em dia nos departamentos de Inglês e em workshops de Filosofia.

Pinker e Wieseltier dirigem-se abertamente à questão das fronteiras disciplinares, que surge no contexto das universidades de investigação modernas, nas quais as Humanidades denotam um aglomerado maleável de disciplinas académicas (Filosofia, Inglês, Literatura Comparada, Estudos Culturais) dedicadas, supostamente, à investigação das artes e culturas humanas. Mas nem Tolstoi nem Proust estavam empregados nas «Humanidades» neste sentido (apesar de poder ser divertido imaginar a cara de Tolstoi durante uma reunião típica de docentes de Línguas Eslavas, em Brown) e são até cada vez menos estudados por elas. Stanley Fish, Gerald Graff e Martha Nussbaum estão empregados nestas Humanidades académicas e nos dias que correm passam muito do seu tempo a escrever livros e artigos tentando justificar o que fazem. Isto porque sabem que o «académico de Humanidades» é uma espécie ameaçada.

Fish, Nussbaum e Graff não concordam quanto ao porquê do desaparecimento das Humanidades acadêmicas ou quanto à melhor defesa para a sua sobrevivência. A falta de consenso entre eles (Nussbaum acredita que as Humanidades criam melhores cidadãos, Graff que oferecem benefícios para a economia) faz com que as Humanidades pareçam vulneráveis às propostas de um forasteiro como Pinker. Apontando não só para o número decrescente de inscrições em Humanidades (um relatório de 2011 mostrava que, a nível nacional, a percentagem de licenciaturas em Humanidades pairava pelos 7% — metade do que era em 1970), mas também para a diferença no financiamento atribuído às Humanidades e às ciências, Pinker alega que o problema das Humanidades é terem «falhado na definição de uma agenda progressista» como aquela das ciências. Este lapso não é apenas confuso para Pinker, é também categoricamente incompreensível para «reitores e directores de universidades» com quem ele debica Chardonnay, muitos dos quais «me têm vindo fazer queixa de que quando um cientista lhes entra no escritório é para anunciar uma oportunidade de investigação nova e estimulante e exigir os recursos para a seguir. Quando aparece um académico de Humanidades, é para pedir respeito pela maneira como as coisas sempre foram feitas». A um respondemos com «Ah!»; e a outro com «Quem me dera!».

Infelizmente, o respeito que os académicos de Humanidades dos dias de hoje têm pela «maneira como as coisas sempre foram feitas» está apenas um degrau acima do respeito que têm pela presidência de George W. Bush. É capaz de ter havido um período em que as Humanidades serviam, dentro das universidades, como contrapeso ao optimismo implacável e à obsessão com o «progresso» das ciências mas, pelo menos desde a década de setenta — provavelmente não por acaso a altura que as inscrições começaram a decrescer — só os heréticos é que defenderam qualquer coisa parecida com tradição. Hoje, os

professores de Humanidades não falam de nada que não sejam «novas oportunidades de investigação», que não seja de «progresso», que não seja da injustiça grosseira na «maneira como as coisas sempre foram feitas».

Assim, a discussão de Wieseltier e Pinker é académica num sentido pejorativo. Wieseltier acusa Pinker de pretender que as Humanidades se submetam às ciências; Pinker defende que quer apenas que as Humanidades admitam a importância dos métodos científicos. No entanto, contando apenas algumas excepções (o Core em Columbia e a Universidade de Chicago, os colégios St. John, aquele sítio no meio do deserto da Califórnia onde se pastoreia enquanto se discute Platão) as Humanidades académicas admitiram muito mais do que a importância das ciências: elas submeteram-se; elas foram aglutinadas. «Imagine-se», escreve Wieseltier, «a explicação científica de uma pintura — uma decomposição das cerejas de Chardin nos pigmentos que as constituem, e uma análise química de como a sua mistura produz as tonalidades subtis e vibrantes pelas quais são celebradas». Wieseltier tem razão quando diz que tal explicação nos diz tudo excepto aquilo que mais queremos saber acerca do quadro; mas está errado se acha que precisamos de imaginar estes processos.

Nos últimos anos, nada tem cativado mais os académicos de Humanidades do que a ideia de que as ciências do cérebro, a Biologia Evolutiva e a «Nova Psicologia» poderão trazer descobertas (para não falar em financiamentos) aos seus campos de estudo. Desde 2000 que Elaine Scarry, de Harvard, tem organizado um seminário sobre teoria cognitiva e arte, transformando o Humanities Center de Harvard num espaço para conferências supostamente pioneiras, tais como «Where Time and Memory Collide: Maus and the Neuroscience of Comics» [Onde Tempo e Memória Colidem: Maus e a Neurociência da Banda-desenhada] e «Speech, Gesture, Bodily Stance: Studying Multimodal Communication in a Massive Data Set» [Discurso, Gesto, Postura

Corporal: O Estudo da Comunicação Multimodal num Contexto de Dados Massivos]. Apenas dois meses antes do artigo de Pinker ter aparecido, o *Nation* comunicava com optimismo que estudantes de Stanford foram submetidos a uma ressonância magnética funcional (fMRI) para que as suas ondas cerebrais pudessem ser mapeadas à medida que liam *O Parque de Mansfield*; na mesma universidade, estudantes de pós-graduação em Inglês são encorajados a juntar-se num «laboratório de literatura» onde a única linguagem requerida é a da programação informática («Para esta aula serão indicados 1200 livros», gaba-se numa descrição do seminário, «mas os alunos não lerão nenhum»). Para não ficar atrás, a Duke tem apostado em reivindicar liderança com uma licenciatura em «Neuro-Humanidades» e com um programa para estudos no estrangeiro cuja descrição («um curso de dois seminários, com duração de seis semanas, que põe uma comunidade estudantil internacional e verticalmente integrada em diálogo sustentado para propor teorizações no cruzamento entre a Neurociência e sistemas de conhecimento e contextos disciplinares das Humanidades») podemos apenas supor ter sido escrita por inteligência artificial, enquanto o *New York Times* publica, sofregamente, que os professores de Inglês mais avançados estão agora «convencidos de que a ciência oferece não apenas revelações inesperadas acerca de textos específicos, mas também pode ajudar a responder a questões cruciais sobre a própria existência da literatura». Por isso não é necessário especular teoricamente sobre o papel que as ciências podem desempenhar nas Humanidades; basta simplesmente olhar, de forma científica, na verdade, para os resultados obtidos até agora.

Os Estudos Literários servem como bom caso de estudo precisamente por serem o campo onde a ciência recebeu o acolhimento mais exuberante. Um observador ingénuo poderia ser desculpado por assumir que as conferências «Impressão e Objecto» deste ano — lar para

comunicações como «From Thermodynamics to Critical Theory: The Politics of Émile Zola's Entropic Aesthetics» [Da Termodinâmica para a Teoria Crítica: As Políticas da Estética Entrópica de Émile Zola] e «Digital Theophany: Affect and Software in the Cartographies Schizoanalytiques» [Teofania Digital: Afecto e Software nas Cartografias Esquizoanalíticas] — estava a ser organizada por químicos especuladores e não pelo departamento de Literatura Comparada da CUNY [City University of New York]. O discurso de encerramento do orador convidado, Joshua Landy, professor em Stanford, deu continuidade ao tema ao examinar o mais recente episódio no já longo e apaixonado namoro entre os Estudos Literários e a ciência, apelidado «viragem cognitiva». Um escritor preciso e lúcido, Landy foi até à data o autor de investigação literária respeitada, sobre temas como o auto-conhecimento filosófico em Proust e o conceito de «re-encantamento» em Mallarmé. Havia, por isso, razões para esperar que ele lançasse alguma luz genuína — fosse negativa ou favorável — sobre a última moda a capturar a sua disciplina.

Landy começou por acautelar, durante uns minutos, acerca dos perigos do «cientismo» e «neuromania» excessivos; académicos de Literatura podem ser sensíveis, concedeu, e era importante que não se presumisse que a ciência seria capaz de lhes resolver todos os problemas. Dito isto, o restante da intervenção de Landy foi dedicado a anunciar o «trabalho extremamente importante» a ser feito actualmente na intersecção da literatura com a psicologia empírica. Que tipo de trabalho é este? Grande parte dos exemplos de Landy envolvia a capacidade da psicologia empírica «provar» algumas das pretensões que académicos de Literatura fizeram no passado (por exemplo, «neurologistas da leitura» mostraram que padrões sonoros são mesmo relevantes em poesia) e para refutar ou «refrear» outros (que ler Dickens nos torna mais empáticos ou que «todos os pensamentos são linguísticos», por exemplo)<sup>1</sup>. Alguns teóricos literários,

alegou, têm defendido que Virginia Woolf não é, intrinsecamente, superior a Dan Brown e que, assim sendo, preferir Woolf é somente pedantismo. Felizmente, o trabalho de David Kidd, e de outros, mostra que há uma «diferença mensurável nas consequências» entre ler ambos os autores, o que significa que a avaliação não se limita a «distinções de classe injustas ou ao desejo de acumular capital cultural.»

Estamos sem dúvida agradecidos à ciência por «demonstrar» que ler Rumo ao Farol e ler O Código Da Vinci são duas experiências diferentes. Mas certamente que a viragem cognitiva deve oferecer algo mais do que a confirmação do senso comum. Talvez o estudo apregoado na primeira página do site de Neuro-Humanidades da Duke, o qual se propõe oferecer uma análise profundamente original de «dados» recolhidos de especialistas em literatura britânica do século XIX para um estudo sobre «psicologia da personalidade», seja mais promissor. Esta foi a declaração final do relatório desse estudo:

De uma forma geral, [os investigadores] descobriram que as descrições de personalidade dos autores vitorianos e o seu impacto nos resultados espelhavam em larga medida aquelas estabelecidas pela Psicologia moderna (e.g. personagens femininas colocam mais ênfase em atributos externos nos seus interesses amorosos, enquanto que as personagens masculinas colocam mais ênfase na atracção física). Declaram que esta correspondência realista e psicologia reconhecível são necessárias para os leitores serem capazes de compreender as personagens. ... Assim, ao aplicar à Literatura técnicas desenvolvidas pela Psicologia da personalidade de uma forma totalmente original, estes autores foram capazes de desenterrar uma função adaptativa da literatura Vitoriana — escancarando a porta para todo um novo domínio das Neuro-Humanidades.

Sob o jargão — é como se os autores tivessem colocado a linguagem da ciência contra os princípios de precisão que o seu desenvolvimento pretendia satisfazer — o que se está a

passar realmente? Este grupo de trabalho parece ter determinado que romances vitorianos são em parte apreciados pelos leitores por as suas personagens terem uma psicologia semelhante (bem, uma «correspondência realista») àquela dos seres humanos. Será que investigação deste tipo satisfaz os requisitos da agenda progressista que Pinker reclama? Não há dúvida de que a investigação diz que sim; notem como o vocabulário se torna ainda mais opaco à medida que o relatório tenta articular o seu próprio mérito. O que quer dizer «desenterrar uma função adaptativa na literatura vitoriana»? E qual é exactamente o «novo domínio» de investigação que foi descoberto? Não obstante toda a sua ambição científica, a conclusão testemunha a incapacidade da comunidade das Neuro-Humanidades em ser objectiva sobre si própria; pega em resultados que deviam encorajar o cepticismo sobre o valor das Neuro-Humanidades e, em vez disso, transforma-os num aval para a sua relevância.

Mas de qualquer maneira o que significa que alguma coisa seja relevante nos Estudos Literários? Para nós, aquilo que foi mais chocante na conferência de Landy foi a pergunta que ele nunca colocou. Como é que Landy, ou qualquer outra pessoa, pode avaliar aquilo que constitui «trabalho extremamente importante» em Estudos Literários sem ter em consideração aquilo que é relevante para os Estudos Literários tal como estão? E ter isto em consideração implica perguntar para que servem os Estudos Literários. Se esta pergunta nunca é colocada só pode ser por uma de duas razões: ou por haver um amplo consenso acerca do propósito dos Estudos Literários (como há, digamos, com a Medicina), o que tornaria a pergunta supérflua; ou então por não haver qualquer tipo de consenso, tornando a pergunta fútil. Qualquer pessoa que tenha tido nem que seja um vislumbre de departamentos de Estudos Literários contemporâneos (e Landy tem mais do que isso) sabe que é segunda hipótese. No entanto, a ausência de consenso acerca do propósito dos Estudos Literários pode ser

menos reveladora do que a ausência, entre professores de Estudos Literários, da ideia de que é necessário haver um.

Assim sendo, a convicção de Wieseltier de que as Humanidades prosseguem com o estudo da «interioridade humana» não é hoje em dia confirmada pelos departamentos de Estudos Li-

terários, nos quais não só os métodos científicos foram recebidos de braços abertos, mas onde parece haver também pouca confiança em que um projecto de estudos humanísticos possa sequer ter um programa unificador que o distinga das outras ciências.

\* \* \*

Aquilo a que hoje em dia chamamos as Humanidades deveria (em grande medida) ser chamado Ciências Humanas. Aquilo em que Landy está interessado tem um nome: chama-se Psicologia. Os professores que recentemente riscaram Shakespeare e Chaucer do programa obrigatório da UCLA, em benefício de uma mescla de género, raça e estudos de imparidade, estão interessados em história (multi-) cultural e ciência política. Há décadas que professores em departamentos de Inglês e de Literatura Comparada se têm interessado por Linguística, Antropologia e Sociologia; houve um período em que se interessaram por Psicanálise; ainda mais lá para trás faziam Filologia. Todas estas actividades poderão ter alguma coisa para oferecer a uns Estudos Literários robustos mas, apesar da claque de apoio à consiliência, em qualquer «intersecção» entre disciplinas um académico deve tomar uma decisão acerca de qual será aquela que o vai conduzir. Os Estudos Literários podem fazer uso da Psicologia Cognitiva nas suas tentativas para compreender melhor os textos literários, mas se estiverem a ser orientados por uma questão da Psicologia (qual é a consequência da leitura para a empatia moral?, por exemplo), então aquilo que se está a fazer é Psicologia, não Estudos Literários (e, provavelmente, má Psicologia, uma vez que está a ser feita por pessoas treinadas para ler romances, não conjuntos de dados).

Mas talvez já não exista nada parecido com Estudos Literários. Afinal, não é fácil encontrar professores de Literatura, pelo menos no

seu papel de académicos, que pareçam satisfeitos por aquilo que forasteiros possam ingenuamente assumir como a função nuclear de algo chamado Estudos Literários: estudar literatura. Esta frase não é, naturalmente, tão transparente quanto possa parecer: o que significa estudar (por oposição a ler) literatura e porque é que alguém deveria ser pago para o fazer? Uma maneira mais pungente de formular esta pergunta seria: em que é que nós, enquanto leitores, beneficiamos por haver alguém que ganha a vida a estudar literatura?

Há muitas maneiras de responder a esta pergunta: esta é a nossa. Olhamos para o académico de Literatura para nos dizer o que está, e o que é posto em causa, numa obra literária. Enquanto alguém de quem se presume ter passado muito tempo com uma obra de arte e, assim, alcançado um conhecimento profundo, nutrido pela experiência, sobre as suas maquinações internas, o académico de Literatura é a parteira do trabalho literário. «Falas de dentro do poema como alguém a ver como é que o telhado se une com as paredes e como é que a parede se une ao chão», diz Helen Vendler acerca da labuta crítica. «E onde estão as vigas que o suportam, as janelas por onde entra a luz?»

Ler Vendler sobre Emily Dickinson, Stanley Cavell sobre Beckett, James Wood sobre Norman Rush ou Zadie Smith sobre David Foster Wallace enriquece a nossa percepção sobre aquilo que se está a passar na literatura escrita por esses autores e sobre a maneira como o trabalho deles

se dirige a nós enquanto leitores. Qualquer obra de arte, escreveu Hegel, entra em conversa com quem quer que seja que a encontre. Essa conversa pode ser enriquecida pelo crítico literário, que já conversou com milhares de obras de arte (ou com poucas, mas de forma muito profunda). Idealmente, enriquece-a até ao momento em que ela se concilia com a conversa mais ampla que temos permanentemente connosco, acerca de nós próprios — uma conversa que abrange as ciências sem olhar para elas à espera de validação e cujo o tópico simultaneamente inclui e extravasa o espaço descrito pela «interioridade» de Wieseltier.

Contudo, é difícil contribuir para esta conversa: não há nenhuma metodologia predefinida e, de qualquer maneira, a maior parte dos professores universitários nega ter alguma coisa a ver com ela. Quando escrevemos as nossas dissertações dizem-nos que estamos a fazer «investigação» e é esperado que essa investigação seja cumulativa, objectiva. Assim, distanciamos-nos daqueles amadores que continuam a apelar às Humanidades reflexão sobre temas tão filistinos como a maneira como vivemos ou como aquilo a que devemos dar valor. É por isso que a próxima viragem, seja ela cognitiva, linguística ou saber-métrica<sup>3</sup>, será outra viragem para nos afastar das questões prementes que em primeiro lugar motivaram a maioria de nós a enveredar por carreiras nas Humanidades.

Esta situação pode parecer assustadora para as Humanidades; e de facto é-o, para as Humanidades académicas. Felizmente, as Humanidades sempre foram mais vastas do que as Humanidades académicas. Ao contrário do que acontece nas ciências, a participação na conversa sobre o que significa ser humano não requer um grau universitário (cada vez mais parece até ser impeditivo à participação) — o que explica porque é que não deve ser surpresa que as Humanidades sejam frequentemente defendidas com maior ferocidade por editores de revistas e cronistas

do que por académicos. No caso de Wieseltier, o argumento acerca da pureza das Humanidades académicas acaba por se inclinar para um apelo ao que ele chama «Humanidades antigas», havendo abundantes exemplos disto (como o texto recente de Vendler sobre Dickinson) na secção Livros sobre a qual ele monta guarda desde 1983.

Por altura da viragem de século, pode ter parecido que as Humanidades estavam mais ameaçadas fora da academia do que dentro dela, dado que o seu enquadramento institucional (revistas impressas) estava a ceder. No entanto, contrariando os presságios de destruição-pelo-digital, os anos que passaram entretanto viram o aparecimento de uma série de publicações, online e impressas (*n+1*, *LA Review of Books*, *Believer*, *New Inquiry*), dedicadas à análise política e cultural e ao estudo detalhado de arte, televisão e literatura. Os que escrevem para estas revistas não estão contra a academia; muitos deles até são académicos — e não é difícil encontrar exemplos de artigos corrompidos por essa associação. Ainda assim, nas melhores páginas destas revistas e sites, os autores apresentam-se ao público não como investigadores mas enquanto leitores e críticos, mostrando-nos as janelas por onde entra a luz.

A nova literatura humanística e a sua leitura entusiasta servem de testemunho para o facto de que, enquanto houver seres humanos, continuará a existir um interesse pela investigação e pela crítica que tente iluminar problemas humanos. Enquanto esperamos (e esperamos eternamente) para saborear o leite e o mel prometidos pelas «Humanidades digitais» de Pinker, podemos apenas ter a esperança de que os académicos reúnam a coragem para olhar para lá da sua investigação e de se juntar à conversa. Entretanto, para aqueles pasmados, ou simplesmente desiludidos, com o estado em que se encontra a academia, temos a dizer-lhes: leiam uma revista! — começando pela *The Point*.

Publicado originalmente como editorial do número 8 da *The Point*. Tradução de Telmo Rodrigues.

## NOTAS

- 1 A somar à verificação e ao refreamento, Landy também argumentou que as descobertas científicas podem «inspirar» investigadores de literatura a formular novas questões sobre textos e filmes específicos, um argumento que ele sustentou com um exemplo do seu trabalho sobre Fellini. Estamos abertos à possibilidade de que académicos ocasionalmente possam ser inspirados por revelações obtidas pela ciência, da mesma forma que se podem inspirar em revelações de qualquer outra disciplina. No entanto, isto parece-nos pouco mais do que um benefício fortuito (na melhor das hipóteses) da revolução metodológica que está a ser anunciada como a «viragem cognitiva».
- 2 Neologismo a partir de «sabermetric», nome dado à ciência que faz a análise empírica das estatísticas no baseball [*N. do T.*].

## LER AINDA NA THE POINT

- Ways Of Knowing, Robert Pippin (University Of Chicago). *The Point* ↗
- Inwardness, Lisa Ruddick (University Of Chicago). *The Point* ↗
- Into Barbarism, Jonathan Rosenbaum (Jonathanrosenbaum.net ↗), *The Point* ↗

## ARTIGOS RELACIONADOS NA NEW REPUBLIC:

- Science Is Not Your Enemy, Steven Pinker
- Crimes Against The Humanities, Leon Wieseltier
- Science vs. the Humanities, Round III, Steven Pinker e Leon Wieseltier

New Republic ↗